

Nos últimos seis anos entraram milhares de trabalhadores na AP...

Treze mil funcionários públicos a mais!

Em 1999 existiam na Função Pública 566 mil pessoas. Hoje são quase 14 mil os funcionários que compõem a estrutura da AP. O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, parece ter-se enganado nas contas, já que durante o primeiro semestre de 2006 foram contratados 22 mil trabalhadores, quase o dobro dos 12 mil que se aposentaram. Bettencourt Picanço, do STE, diz que há «omissão» e que o Governo revela incapacidade para gerir os recursos humanos

ANA CLARA

feita com os números. Os sindicatos também.

Em seis anos a Função Pública tem «engordado» os seis quadros. Hoje há mais 13,743 mil funcionários públicos que em 1999. Neste ano existiam 566 mil pessoas na Administração Pública. Em 2006 são já mais de 580 mil (ver quadros).

O ministro das Finanças e Administração Pública, Teixeira dos Santos, não conseguiu explicar na semana passada na Assembleia da República, as novas admissões de funcionários na administração pública. O titular da pasta das Finanças considera que houve uma redução de funcionários. Contudo, o governante chumbou nas contas de matemática, já que de acordo com o boletim da Direcção-Geral do Orçamento (DGO) referente a Junho deste ano, durante o primeiro semestre de 2006 foram contratados 22.420 pessoas, quase o dobro dos 12.254 funcionários que se aposentaram no mesmo período. As críticas não se fizeram esperar. A oposição continua insatis-

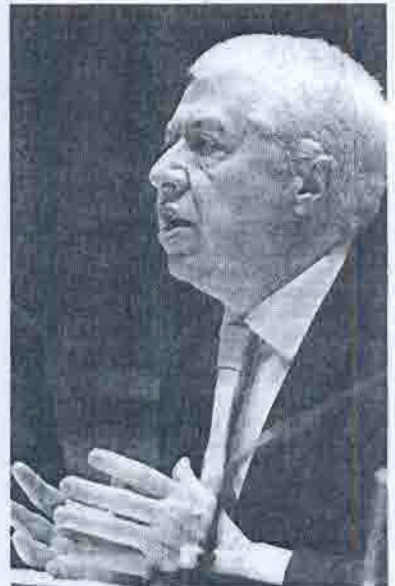
«Governo omite números»

Bettencourt Picanço não tem dúvidas: «o actual Governo omite os verdadeiros números da Função Pública». O presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) considera que se trata de mais uma «incongruência» bem como de «uma tentativa por parte do Executivo de não divulgar os dados concretos sobre os recursos humanos existentes na Administração Pública».

Para além disso o responsável do STE garante que aos números divulgados por Teixeira dos Santos faltam «dados sobre a administração local e regional». O mais grave, sustenta, é o que «expressamente se omite» e «que ajudaria a fazer o juízo sobre que é importante e urgente que se faça». Para que os trabalhadores não sejam, em permanência, os bodes expiatórios da incompetência dos Governos que dirigem a Admi-



«O actual Governo omite os verdadeiros números da Função Pública», ataca Bettencourt Picanço



Teixeira dos Santos tem nova versão dos dados que avançou há duas semanas. O ministro diz agora que houve uma redução efectiva de 4345 funcionários públicos no primeiro semestre deste ano

nistração Pública e que, periodicamente, se queixam dela. Desta forma Bettencourt Picanço critica a postura da maioria socialista e assegura que os 580 mil funcionários públicos divulgados pelo Governo «não têm qualquer credibilidade». «Falamos fundamentos e a explicitação que são X do contrato individual de trabalho. Y avançados, Z o contrato de trabalho a termo», explica, sublinhando que é essencial que o Governo «explique tudo para que seja possível fazer uma avaliação face aos números de 1999».

«Incapacidade para gerir as pessoas»

O presidente do STE considera que o Governo «se está a pôr à margem e a demonstrar incapacidade para gerir as pessoas» sem critérios de «razoabilidade». «Está a enganar as pessoas», critica.

Bettencourt Picanço acusa ainda o Executivo de José Sócrates de «não estar a atingir o alvo no que respecta às medidas que se propôs adoptar em relação à Administração Pública». O dirigente dá o exemplo dos trabalhadores que vão passar para os supranumerários do Estado lançando um ataque ao Governo: «está a fazer exactamente o contrário. Diz que vai colinear trabalhadores com vínculo à Administração

Teixeira dos Santos explicou... mas não convenceu

O ministro das Finanças garantiu no Parlamento no semana passada ter havido uma redução efectiva de 4345 funcionários públicos no primeiro semestre deste ano.

Teixeira dos Santos decidiu entregar na Assembleia da República — para distribuição aos deputados — dados discriminados das entradas e saídas na Função Pública no primeiro semestre deste ano, respondendo dessa forma ao pedido de urgência do esclarecimento da bancada do PSD que, tendo por base dados disponibilizados há cerca de uma semana pela Direcção-Geral do Orçamento, o citada na imprensa, davam conta de um aumento líquido de 10.166 funcionários públicos no período em apreço.

Para justificar que os contos não podiam ser feitos de forma linear, o ministro citou casos de admissões na Segurança Social de funcionários que não pertencem ao sector público. A título de exemplo referiu a inclusão de 2458 pessoas de 293 instituições distintas, entre estas a Santa Casa da Misericórdia de Carache ou de Pernes ou a Associação Humanitária dos Doentes de Sangue do Trasmagal.

Mas as contas terão ainda de ser corrigidas por outros factores, designadamente a mobilidade que afectou 8029 pessoas já inscritas anteriormente. Teixeira dos Santos avançou igualmente com inscrições canceladas e saídas da Caixa Geral de Aposentações por outra via que não a reforma, o que segundo o ministro obrigam a que se ratifiquem todas as contas.

O titular das Finanças defendeu, ainda, que fora do perímetro das funções de soberania do Estado se deve passar a privilegiar as admissões através de contrato individual de trabalho.

nos supranumerários e ao mesmo tempo está a contratar todo um conjunto de trabalhadores».

O responsável diz ainda que esta «é uma ideia ilusória e perigosa já que se verifica um aumento da despesa pública, de uma forma desgobernada em que os trabalhadores ficam numa situação pior». «Quanto trabalhadores estão no regime de direito público e quantos no contrato individual de trabalho? (12.744,

em 1999). Quantos trabalhadores estão na Administração, dando o seu melhor, e não são contabilizados nem num lado nem noutra? E hoje, quando sabemos que os contratos a termo e de tarefas têm subido exponencialmente, como é? Quantos são os trabalhadores que o Governo mantém ilegalmente a trabalhar satisfazendo necessidades permanentes e que não contabiliza?», concluiu Bettencourt Picanço.

566 mil em 1999

Administração Directa	360.067
Administração Indirecta	200.756
Serviços de Apoio e Organismos e Organismos Independentes	5.725
Total:	566.548

Natureza dos contratos de trabalho da AP (1999)

Trab. com contrato de trabalho a termo	45.711
Trab. com contrato de tarefa	1.928
Trab. com contrato de avença	4.709
Trab. com contrato de aquisição de serviços	2.744
Trab. com contrato não escrito	5.126

O SIABO